



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
22ª Mostra da Produção Universitária – MPU
Rio Grande/RS, Brasil, 25 a 27 de outubro de 2023
ISSN: 2317-4420

REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO ENSINO MÉDIO: UM CURRÍCULO CONSTRUÍDO PARA A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA GAÚCHA

XAVIER, Érika.(autora); ARAÚJO, Janaína (co-autora)

PAIXÃO, Cassiane.(orientadora)
erika.xavier@furg.br

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Palavras-chave: Currículo; Educação Pública; Ensino Médio; Precarização.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as possíveis consequências pedagógicas do novo currículo do Ensino Médio Gaúcho proposto pelo governo do Estado, construído inicialmente para a disciplina de Políticas Públicas da Educação do curso de Pedagogia da FURG e atualmente, vêm como um texto crítico para a contribuição dos debates do grupo Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos (PET Conex POP) sob a orientação da Profa. Dra. Cassiane de Freitas Paixão.

Dito isso observa-se que em 2021, foi homologado o Referencial Curricular Gaúcho - *Ensino Médio* (RCGEM), traçando as finalidades e os princípios para esta etapa da educação básica, estabelecendo o currículo escolar para o Ensino Médio no Rio Grande do Sul, construído por representações da Secretaria de Educação do estado (SEDUC) .

O RCGEM tem por finalidade o desenvolvimento das relações humanas, trazendo a imagem da escola como um símbolo de moralização das(os) alunas(os), como se por si só fosse capaz de reduzir a violência e a desigualdade social, segundo o documento

Uma vez que se entende o Ensino Médio como uma fase de construção do pensamento crítico, no qual os jovens possam dialogar com base em conceitos científicos, valorizando as diferenças e respeitando o outro a partir de seu local de fala. (RIO GRANDE DO SUL, 2021)

O RCGEM também aponta como finalidades, para além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação para a entrada no mundo do trabalho e, segundo o documento “nesse sentido, as práticas pedagógicas devem oportunizar a construção de aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e futuras” (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Ainda sob uma perspectiva salvacionista da escola, que ignora as mazelas sociais e atribui ao indivíduo, no caso à(o) estudante, a responsabilidade sobre o seu precoce

aprimoramento profissional, não explorando a possibilidade de questionamento sobre a organização da sociedade à qual está sujeita(o).

Ainda assim, as novas diretrizes que orientam a educação gaúcha reduzem disciplinas fundamentais para o desenvolvimento da criticidade. O documento traz como princípios, além daqueles estabelecidos pela Constituição Federal e LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para organização curricular de sistemas de ensino que baseiam-se na formação integral do estudante, na “*construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional, mediada pelo projeto de vida*” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, grifo nosso), na construção de conhecimentos através da pesquisa, no respeito aos direitos humanos, na “constituição da identidade e alteridade nas suas relações com múltiplas realidades” (RIO GRANDE DO SUL, 2021), na sustentabilidade, na “*diversificação da oferta*, possibilitando múltiplas trajetórias articuladas com os diferentes saberes (histórico, social, científico, econômico, ambiental, cultural e do mundo da educação e do trabalho)” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, grifo nosso), o que de fato seria a diversificação da oferta? A múltiplas trajetórias? Como poderia ser executada se não houve uma adaptação prévia na estrutura das escolas para as condições necessárias para ofertar os itinerários formativos?

2 METODOLOGIA

Organizou-se o trabalho a partir da leitura do *Referencial Curricular Gaúcho Ensino Médio*, documento elaborado por representantes da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), também foram consultados trabalhos acadêmicos que tinham por objetivo avaliar a implementação deste novo currículo às e aos estudantes gaúchos. A partir daí, analisou-se as prováveis consequências pedagógicas dentro desta perspectiva educacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange ao funcionamento do novo currículo, o mesmo tende a aprofundar as desigualdades do ensino público e privado; à partir de uma nova matriz curricular, visando às condições necessárias para a exploração da próxima geração de trabalhadores que ingressará no mercado de trabalho, o RCGEM organiza-se sob a divisão da carga horária entre os componentes curriculares clássicos e os itinerários formativos, as disciplinas como história, geografia, biologia, artes e educação física, que são fundamentais para a realização de processos seletivos, perdem espaço conforme a(o) estudante se aprofunda no itinerário que a escola oferta, que pode ser, por exemplo, empreendedorismo, sustentabilidade, expressão corporal, entre outros. Segundo o CPERS - Sindicato

Sob um verniz modernizante, a proposta apresenta elementos que acirram a mercantilização do ensino e facilitam a entrada de agentes privados, fomentando uma formação deficitária e descolada da realidade social de educandos e educadores(as). A supressão dos componentes curriculares clássicos escancara a sua real intenção: formar mão de obra barata para o mercado de trabalho precarizado (informal, intermitente, temporário e incerto). (CPERS, 2021)

A crescente uberização do trabalho é um fenômeno que está diretamente relacionado à glamourização do que o senso comum tem como empreendedorismo, onde se encontram trabalhadoras e trabalhadores precarizados, com rotinas de trabalho extenuantes, remunerações incertas, acreditando que o seu “sucesso” está relacionado à sua dedicação e determinação e não às condições socioeconômicas que se está sujeito. E, esta é a realidade da(o) estudante gaúcha(o) hoje, sob a vigência desta política, segundo os autores Marcius Minervini Fuchs e Vicente Cabreira Calheiros

As políticas públicas educacionais, hegemonicamente, vêm contribuindo para garantir a formação de força de trabalho necessária às demandas históricas do capital, inclusive na contemporaneidade. E, com este estudo, foi possível observar estas características nas políticas que estão estruturando o novo ensino médio gaúcho. Centrado no discurso do empreendedorismo, esta reforma adapta as escolas da Rede Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul a atual face do capitalismo de plataforma. As parcerias com empresas como Google for Education e o uso de suas plataformas, infelizmente, não tem o foco de facilitar a vida dos seres humanos em relação de produção do conhecimento. Mas sim, de adaptar a realidade escolar à esta atualidade em voga e formar as novas forças de trabalho para as novas demandas do capital. (FUCHS, CALHEIROS, p. 122, 2022)

Para além, o novo Referencial precariza o desenvolvimento do trabalho do pedagógico, à medida que condiciona professoras(es) à redução da carga horária das disciplinas de sua formação e são obrigadas(os) a ministrar disciplinas as quais não se teve devida capacitação; disciplinas que possuem discrepâncias e desconstroem o caminho para a compreensão da sociedade de forma coletiva, para FUCHS e CALHEIROS

Por isso, pode-se afirmar nesta reforma educacional de Leite que o conhecimento produzido pelo trabalho pedagógico agrega ao seu produto final características necessárias para a força de trabalho adaptar-se ao capitalismo de plataforma, uberizado, flexível, polivalente, adaptável, etc. (FUCHS, CALHEIROS, p. 122, 2022)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é preciso defender um currículo debatido no chão da sala de aula que sirva como ferramenta emancipatória para o desenvolvimento do pensamento crítico, e que estimule uma sociedade *cooperativa* em vez de *competitiva*. É de suma importância defender uma política que não favorece as empresas de educação, mas valorize a educação pública como ferramenta de conscientização da classe trabalhadora, ou seja, uma educação crítica. É um dever de todas e todos a defesa intransigente da formação de professoras(es) com qualidade, da remuneração adequada e de um ambiente de trabalho que não seja adoecedor. Para isso, precisa-se estabelecer uma construção curricular democrática e plural, com todas(os) as(os) envolvidas(os) no processo, isso é, toda a comunidade escolar, trabalhadores em educação, estudantes, mães e pais, para que de fato a educação pública reflita a necessidade de que quem a usufrui.

5 REFERÊNCIAS

Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho - Ensino Médio**. Porto Alegre: SEE,2021. RIO GRANDE DO SUL.

CPERS - Sindicato. **Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio fere autonomia escolar e ameaça qualidade da educação**, 2021. Disponível em: <https://cpers.com.br/referencial-curricular-gaucha-do-ensino-medio-fere-autonomia-e-scolar-e-ameaca-qualidade-da-educacao/>. Acesso em: 20/06/2023.

CPERS - Sindicato. **Novo currículo do Ensino Médio gaúcho é retrocesso civilizatório**, 2022. Disponível em: <https://cpers.com.br/novo-curriculo-do-ensino-medio-gaucha-e-retrocesso-civilizatorio/>. Acesso em: 20/06/2023.

FUCHS, Marcius Minervini. CALHEIROS, Vicente Cabreira. **O novo ensino médio na rede estadual de educação do estado do RS e suas relações com o mundo do trabalho**. Educação e o ensino contemporâneo: práticas, discussões e relatos de experiências 3. AYA Editora: Ponta Grossa/PR, 2022.